

Catolicismo e golpe de 1964 no sertão mineiro: trajetória da arquidiocese de Montes Claros

Catholicism and the 1964 Coup in the Hinterlands of Minas Gerais: The Trajectory of the Archdiocese of Montes Claros

Wellington Teodoro da Silva¹

Eu quase que nada não sei. Mas desconho de muita coisa
João Guimarães Rosa
Grande Sertão: Veredas

RESUMO

Esse artigo trata da trajetória da arquidiocese de Montes Claros, principal cidade do Sertão Mineiro, até os eventos políticos que culminaram no golpe de Estado de 1964. O texto ocupa-se da mentalidade da hierarquia católica local a partir da década de 1950 e circunstancia-se na análise do clero e sua compreensão sobre as questões nacionais no pré-golpe. A pesquisa documental para o período do pré-golpe ao golpe foi realizada nos jornais “Diário de Montes Claros” e a “Gazeta do Norte de circulação na cidade de Montes Claros no período compreendido entre 07 de janeiro de 1962 até 25 de dezembro de 1964. A igreja sertaneja apoiou as reformas de base mesmo que isso exigisse a reforma da constituição. Este artigo espera inserir-se na tradição interpretativa da política brasileira com vistas à compreensão dos modos de operosidade do catolicismo como ator relevante em sua capacidade de convencer mentalidades e, ao mesmo tempo, ser lugar, no seu interno, dos conflitos pelos quais passam a sociedade ampla.

Palavras-chave: Igreja Católica e Golpe de 1964; Catolicismo; Política; Catolicismo sertanejo.

ABSTRACT

This article deals with the trajectory of the archdiocese of Montes Claros, the main city in Sertão Mineiro, until the political events that culminated in the 1964 coup d'état. The text deals with the mentality of the local Catholic hierarchy from the 1950s onwards and circumstantially se in the analysis of the clergy and their understanding of national issues in the pre-coup period. Documentary research for the pre-coup period to the coup was carried out in the newspapers “Diário de Montes Claros” and “Gazeta do Norte” circulated in the city of Montes Claros in the period between January 7, 1962 and December 25, 1964. The country church supported the basic reforms even if this required reform of the constitution. This article hopes to be part of the interpretative tradition of Brazilian politics with a view to understanding the modes of activity of Catholicism as a relevant actor in its capacity to convince mentalities and, at the same time, to be the place, internally, of the conflicts through which people go through. broad society.

Keywords: Catholic Church and Coup of 1964; Catholicism; Politics; Sertanejo Catholicism.

¹ Possui doutorado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2008). Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas. E-mail: wteodorosilva@gmail.com.

Introdução

O posicionamento da Igreja Católica diante do golpe de Estado de 1964 é tema comum em trabalhos acadêmicos. Existem aqueles que a tratam nesse processo político de maneira detida e, a maioria, de maneira periférica. De modo recorrente, ao estudar a relação dessa instituição com a política, não se considera adequadamente sua natureza religiosa; sua condição planetária; organização interna, etc. Ela é pensada com os mesmos instrumentais teóricos usados para pensar instituições de natureza política como o Estado, partidos, etc. Desse modo, ela é tratada apenas em sua politicidade sem compreender os diversos aspectos que estruturam uma instituição que não tem a política como seu fim.

Acompanhamos as asserções de Roberto Romano (Romano, 1979) sobre essa instituição se autocompreender como sacramento de salvação do mundo. Em termos sociológicos, apresenta-se como uma empresa de salvação que está na história com a incontornável missão escatológica de anunciar o final dos tempos. Acredita que a política é um momento de uma epopeia maior voltada para uma realidade transcendente; orienta suas ações na política com vistas ao momento escatológico. Efetivamente, as questões próprias do catolicismo em sua autocompreensão de sacramento de salvação do mundo são objetos de sua teologia e não das demais áreas do conhecimento. Contudo, os estudos que se ocupam da Igreja Católica e das demais igrejas e religiões em suas relações com a política devem considerar e conhecer sua natureza religiosa sob pena de produzir resultados rarefeitos e frágeis.

Esse artigo apresenta resultado de pesquisa realizada sobre a Igreja Católica no sertão mineiro por meio do estudo da diocese de Montes Claros². Trata-se de lugar de alta relevância para todo o norte de Minas Gerais. No âmbito político, o sertão mineiro é marcado pelo coronelismo. Nesse período do nosso estudo, a diocese monstesclarensense não tinha jornal próprio. A análise documental foi realizada nos jornais laicos da cidade, a saber, o “Diário de Montes Claros” e a “Gazeta do Norte” no período compreendido entre 07 de janeiro de 1962 até 25 de dezembro de 1964. Também realizamos entrevistas com membros do clero que viveram o período.

Entendemos a Igreja Católica como *complexio oppositorum* segundo a definição de Carl Schmitt (1998). Ela se constitui de múltiplos lugares ocupados por grupos de extremo antagonismo. Nenhum desses lugares pode ser arrogado como o catolicismo de maneira completa; são partes de um todo que apenas pode se constituir na reunião desses extremos. Não se trata de uma síntese entre suas diversas partes, mas da reunião de um todo onde cada ambiente mantém sua posição em antagonismo com as demais. Cada lugar acreditar ser fragmento que reflete o todo mesmo após a quebra do espelho. Entendemos que cada fragmento do catolicismo se constitui numa pequena parte do todo que ganha forma completa com a reunião de todas as suas partes.

Montes Claros é a principal cidade do sertão mineiro e no período de nosso trabalho vivia as mesmas condições do nordeste brasileiro: crônica falta de água e saneamento básico; pobreza extrema; o êxodo rural; fome; doenças, etc. O coronelismo era a forma da política local, marcada pela supressão dos interesses públicos a favor dos interesses privados dos pequenos grupos hegemônicos no poder (Pereira, 2002). Sua elite política e econômica ressentia-se da falta de atenção e prestígio por parte dos governos estadual e federal. Embora

² A diocese de Montes Claros foi elevada à condição de arquidiocese e sede metropolitana no ano de 2001.

esteja geograficamente no Sudeste, o norte de Minas Gerais não conheceu o mesmo processo de desenvolvimento do restante dessa região.

A intervenção do Estado como promotor do desenvolvimento só aconteceu na segunda metade da década de 1960 por meio dos incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE. A insatisfação com o modelo desenvolvimentista excludente produziu manifestações populares. Os anos de 1958 e 59 foram particularmente agitados por essas mobilizações. A partir do início da década de 1960, os coronéis recearam que o exemplo da revolução cubana somado à organização das Ligas Camponesas³ pudesse inspirar uma revolução sertaneja. Esse medo colocou o tema da pobreza como pauta política. O medo da revolução fez os prefeitos do norte de Minas proporem a separação da região de Minas Gerais, formando um novo estado (Pereira, 2002).

No princípio da década de 1960, a elites políticas montesclarenses viram frustradas as tentativas de inserir a cidade no desenvolvimento brasileiro. Passaram a se ocupar do jogo político local na lógica do coronelismo que se assentava no poder e carisma pessoal contra o modo partidário de fazer política. O jornal *Gazeta do Norte* publicou a matéria “Povo — antítese dos partidos” no dia 12 de abril de 1962. Ela recusa os partidos políticos como mediadores do jogo político, defendendo que deveriam ser substituídos por pessoas que representassem o povo; critica o ambiente político nacional que não incorporou Montes Claros no desenvolvimento da nação.

Em 11 de agosto de 1963, o *Diário de Montes Claros* publica a matéria: “Deputados denunciam preparação de golpe”. Informa que circulavam nos meios políticos de Belo Horizonte rumores insistentes de que um golpe de Estado estava sendo tramado contra o regime democrático pelos setores de esquerda. Esses rumores ganharam corpo no final daquela semana após graves pronunciamentos feitos na tribuna da assembleia legislativa. Segundo esse texto, vários deputados, entre eles Ulisses Escobar, Aníbal Teixeira e João Belo, todos da bancada do Partido Republicano, chamaram a atenção de seus pares para o perigo que ameaçava o regime. O deputado João Belo avaliou a gravidade da situação na Guanabara. Afirmou que os golpistas não desejavam apenas a queda do governador Carlos Lacerda, mas do próprio regime democrático, que teria nesse governador o principal defensor.

O deputado Ulisses Escobar foi mais incisivo na denúncia do golpe que, segundo ele, era iminente e estaria sendo preparado no governo. Enumerou, na tribuna, os sintomas que considerou alarmantes para a segurança do regime: tramava-se abertamente a intervenção na Guanabara, sob diversos pretextos; tentava-se desmoralizar o congresso por meio do inquérito do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD; transpirava algo de suspeito nas áreas militares; procurava-se envolver o nome do governador Carlos Lacerda no inquérito contra o jornalista Hélio Fernandes; tropas de elite do exército foram deslocadas para São Paulo, cujo governador está em oposição ao governo federal; paraquedistas e um esquadrão mecanizado deslocam-se para Brasília, provocando forte impressão nos parlamentares, ao mesmo tempo, em que chegava a Belo Horizonte uma companhia de carros de combate, o 12º Regimento de Infantaria acabara de receber 28 veículos Jeep.

A *Gazeta do Norte* publicou a matéria “Comunistas estariam promovendo a subversão da ordem” no dia 07 de janeiro de 1963. Ela informa que nos municípios de Francisco Sá e Montes Claros aconteceu a prisão de Porfírio de Souza e Durvalino Teles

³ Sobre as Ligas Camponesas ver Julião, 1962.

Andrade. Segundo informações que o jornal teria colhido entre a população, ambos estavam instigando os colonos a tomarem as terras de seus patrões, defendendo a reforma agrária e colhendo assinaturas. Os presos ficaram incomunicáveis e a imprensa não teve acesso aos interrogatórios. O delegado de polícia não deu informações, dizendo tratar-se de um caso sigiloso. Os dois alegados comunistas foram libertos por *habeas corpus*. A matéria assegurou que instabilidade política e insegurança deixaram os fazendeiros da região temendo invasões de terra, como havia acontecido na cidade de Governador Valadares. O clima da cidade era de temor. Sentia-se ausência de governo enquanto notícias sobre explosões de delegacias e outras do tipo corriam pela região.

No dia do golpe de Estado, o Diário de Montes Claros publica a matéria: “Minas toma posição em defesa da ordem no país” (31/04/1964). Ela dá notícia da posição do governador Magalhães Pinto diante dos acontecimentos na Marinha de Guerra. Pede às forças militares que resolvam suas questões internas porque elas eram necessárias para a sobrevivência do regime e das instituições. Informa que o batalhão de infantaria da Polícia Militar montesclarensense havia entrado de prontidão e poderia seguir a qualquer hora para Belo Horizonte para apoiar as forças do governo na defesa do regime. Ao lado dessa matéria havia três notas. A primeira tratou do pronunciamento de quase duas horas de João Goulart para sargentos da Polícia Militar da Guanabara; a seguinte noticiou o manifesto do almirantado, estopim da crise político-militar eclodida no país; a terceira informou que a realização de um comício com a participação de Leonel Brizola e de Miguel Arraes havia sido proibido no dia anterior em Maceió.

Após o golpe, o jornal publica matérias sobre a rotina da política nacional, tais como: “Congresso elegerá novo presidente da República”; “Texto do histórico manifesto lançado por Magalhães Pinto”; “Apelo a Lacerda a favor de Darcy” — pedindo para que não fossem feitas violências ao montesclarensense Darcy Ribeiro, preso pelo movimento militar; “Situação é de ordem e calma na cidade”, segundo o comandante da Polícia Militar local o povo montesclarensense soube compreender o momento grave pelo qual passava o país e apoiou as autoridades; “Trezentos voluntários no Batalhão”; “Constituição prevê eleição indireta do presidente e do vice” e “Alkimim: subversão era o fim da liberdade”. Essas matérias foram publicadas no dia 02 de abril de 1964.

As chamadas elites políticas da região se ocuparam intensamente daquilo que compreendiam como riscos do comunismo no país. A reforma agrária era particularmente temida. Defenderam a queda do presidente João Goulart, entendendo que se tratava de um golpe preventivo. Por seu lado, a diocese de Montes Claros não se colocou ao lado dessa compreensão sobre a política nacional. Manteve as recusas da Igreja Católica contra o comunismo, no entanto, lembrava que ela também se opunha ao capitalismo liberal. Também defendeu as reformas de base, incluindo a agrária. A seguir, passamos a tratar do percurso dessa diocese nesse período com acento ao seu governo. Iniciamos com breve recuo aos governos desde o início dessa circunscrição eclesiástica, de modo a permitir que o leitor insira o momento do golpe e a igreja num arco temporal maior de referências.

1. A diocese sertaneja, seu percurso e o golpe

A criação da diocese de Montes Claros aconteceu no ano de 1910 e até 1947 seu governo foi ocupado por Dom João Antônio Pimenta e, a partir de 1931, por Dom Aristides de Araújo Porto. Em 1948 a sede foi ocupada por Dom Antônio de Almeida Moraes Junior

que exerceu curto governo; foi transferido em 1951 para a diocese de Olinda e Recife; organizou os Círculos Operários e, publicamente, se colocava como crítico das questões sociais e dos projetos de desenvolvimento elaborados pela elite política e econômica da cidade. Interpretava as questões do seu tempo presente a partir Doutrina Social da Igreja Católica fazendo críticas tanto ao comunismo quanto ao capitalismo. Ambos eram expressões da modernidade que ele recusava pelo seu caráter laico e ateu.

Por ocasião de sua posse, Dom Moraes publicou uma Carta Pastoral saudando seus diocesanos. Ela revela as apreensões de setores hierarquia católica de meados do século XX sobre os problemas do Brasil. Entendia que o problema nacional era parte da crise do mundo moderno. As reflexões europeias do pós Segunda Guerra sobre suas questões foram transferidas sem atentar para a singularidade dos problemas brasileiros. Esse documento, escrito no sertão mineiro, não se detém de modo circunstanciado no anticomunismo que era sempre acionado por setores reacionários do clero e episcopado como o grande mal a se combater.

Após tratar da falta de estrutura da diocese sertaneja, a carta passa a tratar do que chama de “crise moderna”. Avalia que a crise daquele tempo era a pior que a cultura havia conhecido. Em se tratando de um sistema-mundo, ela atingia a todos os homens e lugares. Com saudosismo do período anterior à modernidade, entende não existir pontos de segurança disponíveis para o momento em que passava por um processo de mudança histórica. Com o pessimismo próprio da mentalidade antimoderna, entende-se que todas as referências morais e espirituais estavam sendo perdidas; o movimento diluidor da história parecia passar pelo seu paroxismo. Não critica o comunismo de maneira detida, mas a serenidade do paraíso burguês que estava abrindo espaço para a incerteza martirizante como fenômeno universal.

Escrevendo antes do Concílio Vaticano II, quando a modernidade ainda era o ambiente a se combater, Dom Moraes trata a crise como fenômeno universal que possuía uma causa universal. As relações entre os diversos países não se fundavam nos direitos dos povos, mas em métodos de conquistar vantagens, ainda que por meio da imposição da força bruta. Em sua mentalidade hierárquica da realidade, entende que a autoridade se atrofiava ou se anulava na sociedade. O sentido profundo da crise estava na negação dos tradicionais pontos de referência das relações que compunham o mundo civilizado. No campo político, o problema da autoridade se traduzia do totalitarismo e no liberalismo burguês; ambos deveriam ser condenados.

No núcleo duro da crise estava a negação da realidade divina. O mundo deixou de ser relacionar com Deus, colocando-o no museu das coisas inadequadas. Citando Feuerbach e a Lênin, entende que Deus foi reduzido à projeção do anseio subjetivo do homem pela perfeição e pela beleza; seria a mistificação idealista que ministra o narcótico da resignação nas massas sofredoras. Ataca a mentalidade burguesa liberal por criar o individualismo e sua finalidade suprema de expansão material e econômica; reduz a liberdade humana à liberdade econômica. O interesse individual passou a ser a única lei do homem que nega a Deus como realidade última. O homem é fragmentado e deixa de ser tratado em como um ente por ser separado de Deus.

O liberalismo e o comunismo não eram capazes de superar os desafios do mundo porque eram expressões da própria crise.

E é esta a triste realidade que está ameaçando a sociedade moderna. O individualismo do homem divinizado que tem direito a tudo; de outro, os socialismos que anulam o homem, porque a sociedade assiste à plenitude de direitos, os mais absurdos, sendo ela a realidade suprema, desde que se apague a realidade divina. E essa redução do homem a simples animal, embora aureolado às vezes com o fulgor de um progresso indefinido — como pondera Albert Fourier — marcava, por uma negação ousada da própria natureza, as fermentações da grande crise que hoje aperta o mundo nas suas tenazes de aço: o individualismo e o comunismo (Moraes Junior, p. 9).

A carta pastoral segue afirmando que o capitalismo é a expressão do individualismo, negação de Deus e do sentido transcendental da vida, oferecendo ao homem este mundo como destino supremo: “O capitalismo sem Deus, sem alma, que vive como se o seu fim supremo fora o gozo terreno — consequência lógica, aliás, da negação de Deus e da negação do homem — prepara, sem o pressentir talvez, a efervescência comunista” (Moraes Junior, p. 9). Considera que o proletário foi formado pela burguesia, sendo filho e vítima da classe que o gerou. Ele não trata a luta de classes como uma invenção dos comunistas. Compreende que o capitalismo gera a luta de classes cujo desenrolar apresenta a falsa solução do comunismo. O proletário, igualmente longe dos sentidos de Deus, vê no capitalista somente o inimigo da sua expansão individualista que deveria ser destruído. Ele não está inventando nada. Sua condição precária de vida causada por um sistema político e econômico é real. Contudo, não deveria cair no erro de perseguir um falso fim, no caso, o socialismo. Reconhece a justa causa da revolta do proletariado e deve fazê-lo entender seus justos motivos da solução verdadeira.

Por fim, aponta para o fato de a alma do humano ter sido sequestrada pelo capitalismo burguês e pelo comunismo coletivista. As antropologias do capitalismo e do comunismo deveriam ser superadas pela antropologia cristã da pessoa humana. Naquele momento, travava-se um combate entre antropologias / compreensões do humano, maneiras distintas pelas quais ele estrutura o seu estar no mundo. A compreensão do humano do cristianismo competia com o individualismo burguês do capitalismo e o coletivismo socialista. Dom Moraes defendia a antropologia cristã como valor da cultura capaz de oferecer orientação segura naqueles tempos tempestuosos. “Mas, nós não somos animais, ou uma libido, ou proletário, ou um átomo; somos qualquer coisa de diferente, de mais e de maior do que tudo isso. E queremos ser mais! Queremos reaver nossa alma. Assim falam os homens” (Moraes Junior, p. 11).

Após o curto período de governo de Dom Antônio de Almeida Moraes Junior, Dom Luiz Victor Sartori assumiu o governo da diocese de Montes Claros entre os anos de 1952 e 1956. Foi transferido em 1956 para a diocese de Santa Maria no estado de Rio Grande Sul. Tornou-se um entusiasta das ideias golpistas do general Olímpio Mourão Filho que exercia o comando da 3ª Divisão de Infantaria sediada em Santa Maria. Segundo suas memórias, estava construindo contatos entre civis e militares com o objetivo de retirar o presidente João Goulart do poder. O general afirmou ter encontrado no bispo de Santa Maria o apoio que o Arcebispo Vicente Scherer lhe recusou.

Em Santa Maria, articulei-me logo com o prefeito da cidade, Dr. Sevi Vieira, e com o bispo Dom José Sartori, que era um revolucionário entusiasmado. Fui convidado para um encontro na residência de Dom Sartori, a fim de expor minhas ideias e meus planos. Compareceram o

senador Daniel Krieger, o deputado Perachi Barcelos, o Dr. Ildo Menegheti, o prefeito Sevi Vieira e o Dr. Dentice, secretário da campanha eleitoral do governador Menegheti (Mourão Filho, 1978).

Ainda em Montes Claros, esse bispo exerceu participação ativa e demandada na vida política da cidade. Dentre as atividades, destacamos um documento endereçado ao governador Juscelino Kubitschek reivindicando solução para o problema da energia elétrica. O documento também foi assinado pelo prefeito municipal; pelos diretórios políticos; Associação Comercial e Rural; industriais; estudantes e União Operária.

Sua liderança também acontecia em ações como a comissão que visitou o governador Clóvis Salgado, composta pelo prefeito, os presidentes das Associações Comercial e Rural, além do presidente da Câmara Municipal. Ele era distinguido na cidade como pessoa ideal para exercer liderança e presidir comitês; entendia-se que era o único ator com capacidade de reunir as forças políticas antagônicas. Esse lugar de coesão e liderança era reconhecido pelo seu retórico alheamento político.

No período de 8 anos, a diocese passou por governos de dois bispos com diferentes compreensões sobre os problemas da realidade nacional. Por um lado, Dom Antônio Moraes Junior compreendia os dramas do mundo por meio de crítica à modernidade, destacando os problemas do capitalismo vivido na realidade brasileira. Por sua vez, Dom Luiz Sartori exercia forte influência nos meios políticos. Após sua transferência para Santa Mariae seu encontro com general Mourão, compôs o grupo dos golpistas de primeira hora no ideário fortemente anticomunista sem críticas ao capitalismo como fazia o bispo anterior.

Dom José Alves Trindade foi o quinto bispo e governou entre os anos de 1956 a 1988. Exerceu liderança desde antes do golpe de Estado até após o término da Ditadura, aposentando-se no mesmo ano da promulgação da Constituição da República. Sua posse mobilizou os diversos setores da sociedade montesclarenses exigindo a formação de diversas comissões para a organização, como as de cerimonial, ornamento, assessoria, hospedagem e impressão. O evento não foi apenas religioso. Contou com ritos comuns aos eventos de Estado, como desfiles de escolas e participação da banda de música da Polícia Militar. Além de prelados; o governador Bias Fortes e o vice-governador Arthur Bernardes Filho participaram do evento com deputados federais e estaduais; prefeitos das cidades da diocese; juizes de direito das comarcas da região da diocese e presidentes das câmaras municipais. Essa ampla participação revela a alta relevância e prestígio político da Igreja Católica na região norte de Minas Gerais.

O novo bispo era fiel às orientações romanas, buscando aplicá-las no sertão mineiro. A formação do clero foi uma de suas principais preocupações. A diocese ressentia a necessidade de organizar seu seminário sob as orientações da Santa Sé. A educação dos leigos também era tema de sua atenção por considerar que o problema da educação religiosa se constituía no perigo mais grave para a Igreja. Lamentava o fato de que mesmo os fazendeiros não tinham o hábito de usar seus recursos na educação formal dos filhos (Souza, 2007). Seguindo a tradição da Doutrina Social da Igreja Católica, como Dom Moraes e diferente de Dom Sartori, Dom José fará críticas tanto ao comunismo quanto ao capitalismo. Sua condução do governo diocesano, somada à tragédia do sertanejo, criará condições, nas décadas seguintes, para a organização das Comunidades Eclesiais de Base — CEBs — que se situavam no ambiente da Teologia da Libertação. Na década de 1970, Dom José declara

que as CEBs deveriam ser valorizadas por serem “o lugar ideal para a transmissão e vivência da mensagem evangélica” (Dom José apud Souza, 2007, p. 154).

Dom José Alves Trindade era uma pessoa de hábitos simples, envolvido no dia-a-dia das questões dos setores empobrecidos da diocese. Privilegiava o trabalho com o sertanejo do meio rural, lugar onde se demorava em longas visitas. Nesses momentos, ele tratava de questões da espiritualidade e também da rotina de alimentação, trabalho e higiene corporal dos sertanejos. Pessoas de vida dura. Comia-se e vestia-se mal. Sua compreensão de Igreja, somada ao seu temperamento pessoal, não o fazia tomar partido por grupos políticos. Pensava que a Igreja deveria estar inserida nas questões do mundo, mas fora dos grupos políticos em lides. Ela deveria ser orientada pela teologia e não pela política.

Dom José participava de reuniões junto à sociedade civil sobre o problema da fome e a seca no sertão. Atuava no departamento de obras contra a seca e integrou o grupo que ficou conhecido como “bispos do nordeste”, envolvendo-se com a criação da SUDENE. Era acompanhado com frequência pelo prefeito de Montes Claros nas reuniões desse grupo. Isso deu vagas para um chiste entre os bispos que diziam que o prefeito era o sacristão de Dom José. Essa brincadeira nos permite entender como se estabelecia a relação entre o episcopado e o poder municipal.

O problema da seca era grave na região e levou os diversos setores da cidade a se organizar para combatê-lo. Em fins de julho de 1963, aconteceu uma reunião na câmara municipal de Montes Claros com a participação de diversos representantes de associações de classe, sindicatos, representantes do comércio e da indústria, políticos e vereadores. Ela aconteceu para estudar o plano de reivindicações a ser apresentado pelos representantes de Minas Gerais no conselho deliberativo da SUDENE. O prestígio da diocese e de seu bispo fez o grupo escolher Dom José para liderar a comissão que viajaria para Recife para tratar desse tema. A notícia sobre esse acontecimento foi publicada pelo Diário de Montes Claros, no dia 28 de julho de 1963, com o título: “Dom José na chefia da comissão que irá a Recife”.

Por ocasião do aniversário de 25 anos de sua ordenação presbiteral, ocorrido no ano de 1962, aconteceu festividade que mobilizou a cidade. Nesse evento, a política e a religião estavam indistintas. O jornal “Gazeta do Norte” publicou matérias tratando do tema nos dias 14 e 25 de fevereiro e 23, 25 e 29 de março. Essa comemoração foi tratada pelo jornal de modo a suprir, por meio do prestígio da Igreja Católica, a falta de reconhecimento político ressentida pela cidade e região. Dentre os eventos da festividade, aconteceu a inauguração da adutora do Rebentão dos Ferros, que reforçou o abastecimento de água na cidade. Segundo o jornal, essa obra deve-se, em grande parte, ao esforço de Dom José nas reuniões com os bispos do nordeste.

Alguns membros do clero de Montes Claros também tinham presença relevante no espaço público. Vale destacar o padre Jorge Ponciano, que mantinha a coluna “Vida Religiosa” em jornal da cidade. Ele tratava de questões políticas e morais no ideário do catolicismo. Seus textos recusam tanto o materialismo capitalista quanto o comunista, entendendo que o materialismo empobrece o humano porque reduz seus horizontes possíveis ao imanente. O racionalismo utilitarista do capitalismo e do comunismo faz o homem moderno naturalizar aquilo que é sobrenatural. Esse fechamento ao transcendente seria a causa da crise do mundo moderno. A justiça, portanto, seria dar ao corpo e à alma aquilo que lhes pertencem por direito; ela deve alcançar o imanente e o transcendente.

As matérias sobre o catolicismo publicadas no ano de 1963 pela Gazeta do Norte e pelo Diário de Montes Claros informam a mudança das preocupações da Igreja naquele momento. De modo razoável, podemos propor que o clero e o bispo diocesano influenciavam naquilo que os jornais publicavam. Na falta de uma imprensa própria, a diocese usava os meios laicos para divulgarem suas compreensões sobre os temas nacionais. A arquidiocese apoiava o governo de João Goulart e as reformas de base.

No dia 26 de maio de 1963, o Diário de Montes Claros publicou em uma página inteira um documento completo da CNBB defendendo as reformas de base e, para esse fim, aceitando a reforma da constituição. Com esse documento, a entidade do episcopado brasileiro se alinha com setores das esquerdas do Brasil que também defendiam a reforma constitucional. Vale lembrar que ela estava sob a liderança de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e de Dom Hélder Câmara.⁴ As encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) também repercutiram na imprensa da cidade elogiosamente. Esse dado nos importa, porque os setores do catolicismo que surgiram naquele momento e que vieram a ser conhecidos como esquerda católica se organizaram a partir da recepção desses documentos. Nesse momento, o Círculo Operário Católico também surge como tema da imprensa montesclarensense.

O Concílio Vaticano II repercutiu intensamente na diocese. Houve conflitos entre o clero e os fiéis que experienciavam o catolicismo popular marcado pela devoção aos santos.

houve momentos de tensões na hora de colocar em prática os resultados do Concílio Vaticano II. Na busca de uma nova mentalidade, padres quebraram os altares e as imagens de santos. Especificamente em Montes Claros, o padre Joaquim Macedo quebrou o altar da catedral. Os jovens vibraram com as mudanças (Lopes *apud* Souza, 2007, p. 112).

Nesse momento, com a recepção conciliar, a questão social também entra dentro do templo, gerando conflitos entre o clero e os fiéis que habitam a parte de cima da pirâmide socioeconômica. Esses confrontos eram a reprodução do que acontecia na sociedade ampla no âmbito do catolicismo. O concílio mudou a compreensão da Igreja como hierarquia para o povo *de Deus*. O sertão mineiro era marcado por ser uma sociedade altamente hierarquizada que, em seus extratos superiores, recusou a nova ideia de Igreja e povo. No ambiente de *complexio oppositorum* de Carl Schmitt (1998), os atritos alcançaram os ritos religiosos no interior dos templos, como vemos na citação abaixo:

A sociedade montesclarensense promoveu uma coroação com os filhos da alta sociedade na catedral de Montes Claros. O padre da catedral chama meninos e meninas pobres e colocam no mesmo altar. A reação foi imediata com um artigo de João Valle Maurício criticando o padre por desprezar as tradições da cidade (Lopes *apud* Souza, 2007, p. 113).

⁴ Esses dois bispos pediram uma reunião com o presidente João Goulart após ouvir seu discurso para os sargentos. Temiam que Jango estivesse seguindo por um caminho que que provocasse reações contrárias mais fortes que sua capacidade de resistir. Jango recebeu ambos e não gostou dos alertas recebidos. Segundo Castro, no final da conversa Dom Hélder Câmara teria dito: “Presidente, vamos partir para uma ditadura militar. Os militares não vão aceitar isso” (Castro, 1978, p. 58). A gestão da CNBB contrária ao golpe e favorável às reformas de base perdeu prestígio com a vitória do golpe. Ela foi substituída por uma eleição que aconteceu em Roma durante os trabalhos do Concílio Vaticano II. A direção eleita tinha uma postura de alinhamento com os militares golpistas.

As novidades do concílio, somadas às questões sociais e econômicas que se traduziram no apoio às reformas de base, incluindo a reforma agrária, também motivou conflitos entre o clero e setores da sociedade do sertão mineiro. Destacamos um evento ocorrido na paróquia do Sagrado Coração de Jesus, na cidade de Coração de Jesus, diocese de Montes Claros. Seu pároco inicia com os paroquianos momentos de reflexão sobre o problema da terra e da reforma agrária. Esse fato gerou incômodo nos fazendeiros locais, que temiam que o conteúdo dessas reflexões pudesse causar ambiente favorável ao comunismo. Na edição do dia 25 de fevereiro de 1964, o Diário de Montes Claros publicou a matéria: “Liga Católica de Coração de Jesus vai pedir a palavra de Dom José sobre a reforma”. Essa questão gerou controvérsias sobre a existência de comunistas no Brasil.

O tema do comunismo motivou debates públicos do clero, que se posicionou contrariamente ao intenso anticomunismo do período. A Igreja Católica possuía setores que defendiam existir graves riscos do comunismo se instalar no Brasil. Entendiam que a ação dos comunistas acontecia por agentes infiltrados no governo e a nação estaria enfrentando, em seu quintal, o conflito entre o bem e o mal; entre a civilização cristã e a barbárie comunista, que se passava no mundo naquele contexto de guerra fria. Distanciando-se do anticomunismo, o clero local entendia que os problemas da nação seriam resolvidos por meio das reformas de base. Entendia não existir riscos de comunismo no país, conforme o fragmento abaixo, publicado pouco mais de um mês antes do golpe.

Sob a presidência do Padre Colatino Mesquita debateu a Reforma Agrária, tema que está empolgando o país. O padre Colatino Mesquita, diretor espiritual da entidade, dirigiu os trabalhos com muita segurança. Durante os debates, um dos secretários dos núcleos da Liga Católica afirmou não haver comunistas no Brasil (Diário de Montes Claros. Ano II, APAM, Montes Claros, Num. 253, 25/02/64).

Em que pese o prestígio do bispo junto aos dirigentes da política e economia das cidades que compunham a diocese sertaneja, o clero enfrentava conflitos com esse setor. Vale tratar de um evento ocorrido com padre Alípio que era estrangeiro e fixara residência na região. Sua presença pública fez o Partido Democrata Cristão interessar em tê-lo como dirigente. Isso o tornou alvo da violência política da região como a que lemos na matéria intitulada “Padre Alípio” escrita por um inimigo político. Crítica que no Brasil uma pessoa estrangeira poder fazer política, coisa que, assegura, não acontecia Portugal, França e Rússia. Defendendo a morte do clérigo, ou ameaçando, o autor afirma:

Esse tal padre Alípio já devia ter recebido passagem grátis para o Céu. É um desaforo um estrangeiro fazer o que ele anda fazendo. Sair de sua terra, com certeza porque lá era um vagabundo, e vir para a terra alheia fazer confusão. Tipo da coisa que a gente não entende. Como, aliás, não entendemos mais nada no Brasil (...) Muitos chamaram Cristo de agitador, mas não provaram que Êle tivesse insuflado alguém a matar, a destruir as propriedades alheias. Ao contrário, Êle é que morreu na cruz pelos homens. E o padre Alípio deveria fazer o mesmo... (Diário de Montes Claros, 16/06/1963).

O padre José Tolentino é outro membro do Clero que vale destacar para compreender o ideário desse clero sertanejo. Em outubro de 1963, ele palestrou na *IV*

Semana do Estudante em Montes Claros.⁵ Apresentou-se como pregador da paz social e cristã e não como sacerdote, revolucionário, comunista, ou, ainda, como um defensor do capitalismo. Sua palestra versou sobre o socialismo cristão. Assegurou que as reformas de base aconteceriam de qualquer forma, com ou sem a ajuda da Igreja. Eram uma necessidade histórica e seria conduzida pelos pobres que começavam a tomar consciência da pobreza e da possibilidade de sua superação. Defendeu a reforma da constituição para a realização das reformas de base. Relatou vários exemplos de pobreza no Nordeste e dividiu o Brasil em duas regiões distintas: Brasil rico, no Sul, e Brasil pobre, no Norte. Recomendou a atuação do católico no campo da justiça social e dos direitos humanos fundamentais. Durante a palestra, os estudantes informaram serem tão anticomunistas quanto anticapitalistas.

Em janeiro de 1964 aconteceu o I Seminário de Estudantes Secundaristas de Montes Claros. Eles produziram um manifesto ao povo da cidade diante dos problemas sociais, políticos e econômicos que motivaram o evento.⁶ O manifesto contou com o apoio de lideranças civis e militares, dentre eles o comandante do 10º B. I., coronel Georgino Jorge de Souza, e do Padre Paulo Emídio Pimenta. Manifestaram preocupação com a tensa situação vivida pelo país. Temiam aquilo que chamaram de espetáculo constrangedor de uma pátria dividida pelo ódio com a economia devorada pela inflação galopante; a vida social marcada pela injustiça e sua vida política à mercê dos conluios de uma cúpula alienada. Sobre o capitalismo internacional, asseguraram tratar-se do responsável por tantas desgraças; espoliador da nação; corrompedor dos governos e do povo. Sobre o comunismo revolucionário, chamam-no de chacal e abutre de todas as podridões que espreitavam o Brasil para construir uma nova ordem. Asseguram que a luta contra ele seria firme e decidida.

Afirmaram que a crise do país tinha como sério agravante “a intransigência e incompreensão da burguesia econômica, defendendo os seus privilégios e lutando a todo custo para manter a ordem, que para ela deu a riqueza e a prosperidade, e, para a grande maioria dos brasileiros, a fome e a miséria”. (Diário de Montes Claros — 07/01/1963). Defenderam as reformas de base, assegurando que apenas elas poderiam livrar o país das estruturas arcaicas, viciadas e completamente inadequadas ao estágio político e social que a nação atingira. Consideravam que as cúpulas dos partidos tinham maior comprometimento com as estruturas partidárias do que com o bem comum. Os partidos políticos tinham interesses autônomos, frequentemente contrários ao interesse da nação.

Segundo o manifesto, os estudantes estavam voltando suas atenções para as necessidades do povo traído sucessivamente por essas cúpulas. Seguiriam a estratégia de alfabetizá-lo e conscientizá-lo para transformar cada cidadão brasileiro numa força política consciente. Aqueles estudantes que não se preocupassem com os destinos da nação e do povo deveriam se libertar do individualismo e daquilo que chamaram de taras da sociedade burguesa em que viviam e eram educados. O manifesto convida todos os estudantes a se juntarem para lutar por uma pátria realmente democrática, cristã e livre.

Os eventos de natureza política e social contavam de modo recorrente com a presença de membros do clero que manifestavam a favor das reformas de base. As questões diversas da Igreja Católica diante da política também repercutiam na sociedade norte mineira. No dia 09 de fevereiro de 1964, o Diário de Montes Claros publica a matéria: “Episcopado brasileiro alerta a Ação Católica contra as frentes únicas”. Seu texto trata de documento

⁵ Além desse palestrante, os estudantes convidaram o padre Paulo Emílio Pimenta para tratar do tema “o estudante no meio social”.

⁶ Publicado em Diário de Montes Claros - 07/01/1963.

assinado por bispos brasileiros e dirigido ao Assistente Geral da Ação Católica Brasileira e Assistente Nacional da Juventude Universitária Católica, Dom Cândido Padin. Esse documento recusava a entrada da Ação Católica na Ação Popular, argumentando que os militantes e organizações católicas não deveriam entrar em frentes únicas ou de “ideologia marxista ou capitalista liberal”.

Segundo a matéria, Dom Jaime Barros Câmara informa que “a situação continua sendo objeto de estudos por parte dos bispos e arcebispos brasileiros, e o documento reflete a preocupação sobre o assunto. Por outro lado, pode-se informar que há indícios de que a utilização das escolas católicas fez parte dos planos do movimento comunista”. Sobre a Ação Popular, o documento diz que “Esse movimento, pela sua orientação naturalista, não representa o pensamento cristão autêntico e tem, ao lado dos aspectos positivos, em algumas dioceses, causando sérios prejuízos em várias outras”. Os bispos colocaram duas condições para a participação dos estudantes católicos nesse movimento: 1) o jovem deveria ser vocacionado e bem formado e 2) deveria ingressar visando a modificação substancial da Ação Popular para a linha do cristianismo autêntico.

O texto pedia, ainda, ao Assistente Geral da Ação Católica, que ela agisse em conformidade com o pensamento dos bispos diocesanos. Os jovens deveriam evitar comentários que pudessem provocar impressões desagradáveis sobre posições episcopais. As restrições que eles pudessem fazer não diminuiriam o entusiasmo, segundo o documento, e apoio que dariam aos assistentes e militantes da Ação Católica. A correção é uma forma de caridade cristã. Após insistir na necessidade da formação dos militantes da Ação Católica incluindo nos estudos da Teologia da Caridade, o documento conclui pedindo acautelamento para que os apoios de comunistas e capitalistas liberais não permitissem a infiltração nos organismos católicos de seus propósitos e táticas. A boa formação dos militantes impediria que se tornassem inocentes úteis e que transigissem nas questões de princípios nos processos de disputas de poder, principalmente “em chapas marxistas e outras não cristãs”. Constatamos, que a diocese de Montes Claros estava inserida nas questões amplas da política nacional e das posições do catolicismo brasileiro diante desses temas no período.

Pouco mais de um mês antes do golpe de Estado, o clero de todo o Norte de Minas, 40 padres, reuniu-se sob a presidência de Dom José Alves Trindade. Dividiu-se em três equipes de estudo sobre os problemas que se apresentavam para a instituição: posição da Igreja na sociedade; pastoral conjunta, valorização e formação de líderes leigos. O estudo da questão social respondeu ao anticomunismo que se ancorava no catolicismo buscando legitimar-se, mas, que ocultava que ela também era anticapitalista. O documento final declarou, ao lado da condenação do comunismo, que os erros do capitalismo liberal são opostos à doutrina social da Igreja.

Ao término desse encontro, clero e bispo enunciaram:

Reunidos sob as bênçãos de Deus na cidade de Montes Claros, Bispo e Sacerdotes, ao examinarmos, com outros problemas do nosso sagrado ministério, a conjuntura atual do País, achamos nossa obrigação esclarecer os fiéis católicos sobre determinadas posições da Doutrina Social da Igreja:

1º — Lembramos que continua de pé a afirmação da Santa Igreja de que o comunismo é intrinsecamente mau, não se compreendendo, pois, o católico que adira a esta ideologia.

2º — Devem, outrossim, ser denunciados como opostos à Doutrina da Igreja os erros do capitalismo liberal, que tantos males também tem causado à humanidade.

3º — Insistimos no conhecimento da Doutrina Social da Igreja, que devem os católicos seguir por defender sempre a dignidade e os direitos da pessoa humana, fora de qualquer solução extremista.

É nosso dever não nos afastarmos desta orientação, correndo sob a responsabilidade de cada um de nós, certos pormenores ou deduções que livremente se discutem (Diário de Montes Claros, 01/03/1963 citado por Souza 2007. p. 151)

No dia 31 de março de 1964 o Diário de Montes Claros publica a matéria: “Minas toma posição em defesa da ordem no país”. Ela noticia a posição do governador Magalhães Pinto diante dos acontecimentos da Marinha de Guerra. As notícias sobre o evento golpista no Rio de Janeiro eram imprecisas na cidade. Os boatos corriam. O batalhão de infantaria da Polícia Militar estava de prontidão e poderia seguir a qualquer hora para Belo Horizonte para apoiar as forças do governo mineiro. Demais notícias defendiam os militares golpistas, garantindo que sua mobilização acontecia na defesa do regime democrático.

Após o golpe, a cidade permaneceu calma. Os jornais passaram a publicar matérias de teor religioso sobre o anticomunismo, coisa incomum até então. Por exemplo, no dia 04 de abril de 1964, o Diário de Montes Claros publicou a matéria: “Ateísmo russo”. Ela noticia a fundação, na União Soviética, do Instituto do Ateísmo Científico, que pretendia exterminar os milenares preconceitos religiosos. A ideia do instituto deveu-se à compreensão dos comunistas russos de que salvar a humanidade da religião seria tarefa complexa e demorada. O texto conclui recusando o ateísmo e afirmando que a ideia de Deus é inata ao homem.

A cidade promoveu a sua “Marcha da Família por Deus e a Liberdade” no dia 11 de abril de 1964. No seu encerramento, o vereador Ubaldino Assis fez pronunciamento associando a religião à política. Enunciou que humildemente, como cristão, e altivo, como patriota, o povo montesclarensense sentia-se feliz por ir às ruas render graças ao Altíssimo. Ao término do mês de São José, a democracia fora assegurada, evitando que o país caísse no comunismo. Afirmou, ainda, que o movimento aconteceu na fidelidade às tradições cristãs do povo; na fidelidade a Deus; a nação viu suas forças armadas divididas; o clero também dividido e passivo diante do avanço comunista. Não considerou que setores do clero eram de esquerda, apenas ficaram passivos ou tornaram-se inocentes úteis dos comunistas.

Um grupo de mulheres católicas organizou ato em homenagem aos soldados do Batalhão de Infantaria. O bispo diocesano foi convidado para participar da recepção e aceitou. A ideia seria as mães homenagearem os filhos quando do retorno da batalha. Um dos pontos altos seria a entrega de um terço consagrado a cada soldado. Eles seriam oferecidos por centenas de mães.

que nas horas de apreensões e de angústias vividas durante a revolução que derrubou do poder os que pretendiam submeter nosso povo cristão ao comunismo ateu, elevaram suas preces a Deus pela vitória das forças democráticas (Diário de Montes Claros, 19/04/1964).

Até o golpe de 1964 a diocese de Montes Claros mantinha apenas o seminário menor. A formação em Filosofia e Teologia acontecia na arquidiocese de Diamantina. Poucos após o golpe, o reitor do seminário diamantinense chamou os estudantes e comunicou que a

polícia vistoriaria seus quartos. Pediu que retirassem apenas pertences de valor material e deixasse todos os outros: livros, cartas, anotações de aula, etc. Todos foram comunicados que a revista aconteceria com a autorização do Arcebispo Dom Geraldo Proença Sigaud. Os estudantes saíram para o pátio, a polícia realizou busca e recolheu alguns livros. Até o catecismo anticomunista de Dom Sigaud foi apreendido. Um livro com cânticos gregorianos também foi apreendido porque um militar suspeitou que a pauta musical e o latim pudessem ser códigos secretos.

Dom Sigaud chamava eventualmente os estudantes para o pátio para passar-lhes repreensões. Havia 11 seminaristas de sua arquidiocese que respondiam a inquéritos militares. Eles foram associados aos grupos dos 11 companheiros de Leonel Brizola. O ambiente era tenso e os estudantes colocaram faixas pretas nas portas dos quartos em sinal de luto e protesto. Consideravam que seus aposentos haviam sido invadidos pela polícia com o agravante que essa invasão aconteceu com a autorização do arcebispo.

Quando o padre Laje foi preso em Belo Horizonte, entre seus pertences foram apreendidos correspondência do padre José Dumont, da arquidiocese de Diamantina. Ele havia pedido ao colega ajuda para conseguir material para uma semana de estudos sobre o marxismo que aconteceu no seminário. O próprio Dom Sigaud participou desse evento que aconteceu, provavelmente, no segundo semestre de 1963. O padre foi preso em sua paróquia. O arcebispo lia as cartas apreendidas pelos militares para os seminaristas que, dessa forma, descobriram que a repressão passava documentos para o prelado. Havia cooperação entre ambos. Essa prisão aumentou o desconforto e crise entre os estudantes e o arcebispo. O seminário estava dividido. Nesse momento do golpe, cerca de 5 estudantes da diocese de Campos estudavam em diamantina e estavam entre os mais conservadores.

Dom Sigaud fez o célebre sermão que os estudantes apelidaram, chistosamente, de sermão da baculada. Com humor, eles diziam que o prelado tinha a mão direita para abençoar os que o seguiam e o báculo na mão esquerda, com o qual batia nos demais: dava-lhes baculadas. Era contra qualquer progressismo e modernismo. Afirmou que se o comunismo entrasse no Brasil muitas cabeças rolariam e a sua seria uma das primeiras. O ambiente estava tenso. Era grande o mal-estar.

Por causa da condução de Dom Sigaud e sua cooperação com os militares os padres lazaristas que dirigiam o seminário por décadas entregaram-lhe a direção. O mesmo motivo fez os seminaristas de Montes Claros optarem por voltar para sua diocese. Dom José não os obrigou a retornar a Diamantina. Tentaram fundar o curso de filosofia por um ano, mas não foi possível devido à falta de estrutura. A formação passou a ser confiada à arquidiocese de Mariana que fechou o curso poucos anos depois. Os estudantes voltam para Montes Claros. Novamente começam o seminário maior com pessoal do Rio de Janeiro, Jaú e alguns filósofos da cidade. A dificuldade de estrutura ainda persistia. Os estudantes foram dispersando-se para o Rio Janeiro, Salvador, Brasília e três ficaram em Montes Claros. Esses foram mandados para fora do país pelo bispo: dois foram para Roma e um para o Chile.

Considerações finais

O conjunto do clero da diocese de Montes Claros não acompanhou a elite política local em sua compreensão de que o comunismo e a revolução sertaneja eram perigos iminentes. As reformas de base eram defendidas na orientação da CNBB sob a liderança de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta e Dom Hélder Câmara. Como mencionamos, nesse momento a instituição defendia as reformas de base com a reforma da constituição. Os dois preladados chegaram a visitar João Goulart para alertá-lo sobre a possibilidade real de um golpe de Estado seguido de ditadura. A eclosão do golpe enfraqueceu essa direção e, em 1964, logo após a derrubada de João Goulart, durante os trabalhos do Concílio Vaticano II, foram eleitos novos dirigentes da CNBB de perfil político conservador e sem críticas ao movimento golpista.

As deliberações do Concílio Vaticano II também exerceram forte influência entre o clero. A nova autocompreensão da Igreja como povo de Deus, diferente daquela elaborada pelo Concílio de Trento (1545 – 1563) que a entendia hierarquicamente, colocou o clero em choque com a sociedade rigidamente hierarquizada. A rotina dos padres do sertão impunha-lhes viagens constantes para o atendimento de lugares distantes marcados pela pobreza. Houve afinidade entre a proposição do concílio e a rotina de trabalho que já estava estabelecida.

O prestígio do bispo diocesano e da instituição religiosa não evitou que membros do clero ficassem sob riscos de violência por defenderem as reformas de base no sertão mineiro marcado pelo coronelismo. O tenso ambiente da política nacional e a posição da Igreja Católica diante deles era reproduzido na diocese. Mesmo sem recursos para manter um seminário e um jornal próprio, o clero diocesano encontrava espaços amplos e rotineiros nos jornais civis para o tratamento desses temas. Não encontramos, na pesquisa nesses jornais, notícias, matérias ou outro tipo de texto que apontassem para o apoio do clero ou do bispo ao movimento golpista. Tampouco encontramos oposição do governo João Goulart. A defesa das reformas de base era tema frequente na fala do clero publicado por essa imprensa.

Referências

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização**. In Holanda, Sérgio Buarque de (org.) *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. **Igreja e Desenvolvimento**. São Paulo:

CANTARINO, Geraldo. **1964 – a revolução para inglês ver**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

CARDONNEL, Frei Thomas; VAZ, Henrique e SOUZA, Herbet José. **Cristianismo hoje**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.

CASTRO, Marcos. **Dom Hélder, o bispo da esperança**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

CEBRAP/Ed. Brasileira de Ciências, 1971.

DELLA CAVA, Ralph. **Igreja e Estado no Brasil do século XX** – sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro. Em *Novos Estudos CEBRAP* 12 / Abril – Maio de 1975.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964. **O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina. Democracia & Reformas: a conciliação frustrada. In TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **1964: visões críticas do golpe** – democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

FICO, Calos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FILHO, Olympio Mourão. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GUEDES, Carlos Luís. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

JOÃO XXIII (papa). Carta Encíclica *Pacem in Terris*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_po.html. Acesso em 10/12/2023.

JOÃO XXIII (papa). Carta Encíclica **Mater et Magistra**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 10/12/2023.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** – Coleção Cadernos do povo brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart** – As lutas sociais no Brasil – 1961 – 1964. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MORAES JUNIOR, Dom Antônio de Almeida. **Carta Pastoral saudando seus diocesanos**.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor – Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2002.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira – 36ª edição, 1986.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHMITT, Carl. **Catolicismo romano e forma política**. Lisboa: Hugin, 1998.

SILVA, Wellington Teodoro da Silva. **Catolicismo e Golpe de 1964**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

SOUZA, Antônio Alvimar. **A igreja entrou renovadamente na festa**: Igreja e carisma no sertão de Minas Gerais. Belo Horizonte: FUMARC, 2007.

TARSO, Paulo de. **Os cristãos e a revolução Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

Recebido em 09/09/2024

Aceito em 14/12/2024